



ACÓRDÃO Nº 422/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11408/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Parintins.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Everaldo Silverio Batista Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Parintins.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6381/2016-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.1171/1175).
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Parintins. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea "a", item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Everaldo Silverio Batista Coelho**, responsável pela Câmara Municipal de Parintins, no exercício 2015, nos termos do art. 1º, II, 22, III, "b" e "c", e 25 da lei 2423/1996 e art. 185, §1º, III, "b", da Resolução 04/2002 - TCE/AM, pelo cometimento das irregularidades apontadas no corpo do Relatório/Voto;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Everaldo Silverio Batista Coelho** no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e cinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, Lei nº 2423/1996 (LO-TCE) c/c art. 308, VI, do R/TCE relativas às restrições **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 13** não sanadas, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I, do R/TCE, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal;
- 9.3. **Considerar em Alcance** o **Sr. Everaldo Silverio Batista Coelho** no



ACÓRDÃO Nº 422/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

montante de **R\$ 974.526,99** (novecentos e setenta e quatro mil quinhentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes dos arts. 304 e 305 da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Parintins, relativamente às restrições 1, 2, 4, 6,8, 9 e 13, mencionadas abaixo. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

- 9.3.1.** R\$ 116,56 - Pagamento injustificado de multas e juros do INSS (Restrição 1);
- 9.3.2.** R\$ 10.050,00 - Despesas com buffet não relacionadas com as ações parlamentares (Restrição 2);
- 9.3.3.** R\$ 68.267,10 - Ausência de comprovação de liquidação de despesa referente ao Convite 01/2015 (Restrição 4);
- 9.3.4.** R\$ 72.621,79 - Ausência de comprovação de liquidação de despesa referente à Carta-Contrato 01/2013 (Restrição 6);
- 9.3.5.** R\$ 3.300,99 - Ausência de nota fiscal referente a pagamento de despesa de exercício anterior (Restrição 7);
- 9.3.6.** R\$ 33.721,89 - Ausência de comprovante de depósito referente aos valores transferidos indevidamente da conta da Câmara Municipal para contas de terceiros (Restrição 8);
- 9.3.7.** R\$ 543.027,28 - Transferências bancárias sem correspondência com os processos de pagamentos (Restrição 9);
- 9.3.8.** R\$ 243.421,38 - Ausência de comprovação de liquidação da despesa nos processos de pagamentos de aquisição de combustíveis (Restrição 13);

9.4. Determinar à SECEX - Secretaria Geral do Controle Externo, por meio da próxima Comissão que inspecionará a Câmara Municipal de Parintins, que:

9.4.1. No momento da fiscalização in loco nas Contas da



ACÓRDÃO Nº 422/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Câmara Municipal de Parintins, referente ao exercício de 2016, que será realizada em 2017, verifique a comprovação da restituição aos cofres públicos da diferença glosada, da ordem de R\$ 33.721,89 (trinta e três mil, setecentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos), relativo a recurso do exercício de 2015;

9.4.2. Verifique se houve a restituição do valor referente ao desvio da ordem de R\$ 54.638,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e trinta e oito reais) relativo a recurso do exercício de 2016;

9.5. Determinar à Câmara Municipal de Parintins que faça constar nos processos administrativos de concessões de diárias a comprovação das despesas, por meio de Relatórios de Viagens dos servidores e parlamentares dessa Casa Legislativa, detalhados que possibilitem a verificação das ações desenvolvidas e dos resultados obtidos, com registros fotográficos e atas de reuniões;

9.6. Determinar à SEPLENO - Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de Abril de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral